

# Por um mundo globalizado

» JAIME PINSKY

Professor titular aposentado da Unicamp, doutor e livre docente da USP e escritor

Que o mundo está muito menor do que antes, todos sabemos. Calma, não estou anunciando mais uma catástrofe em nosso velho e bom planeta, mas simplesmente alertando para o contínuo aperfeiçoamento do sistema de transportes e comunicações. Nós nos acostumamos a medir a distância em tempo (Campinas e o Rio de Janeiro ficam à mesma distância de São Paulo, dependendo da via escolhida, Anhanguera, ou via aérea), e isso faz todo sentido. Parentes e amigos que vivem a milhares de quilômetros de nossa casa podem estar mais próximos do que filhos ingratos que se esquecem da existência dos próprios pais, embora vivam no prédio ao lado, graças aos veículos eletrônicos e à língua inglesa que, gostemos ou não, tornou-se uma língua internacional.

O fato é que a globalização, ao contrário do que afirmam os paranoicos, não foi um sistema criado pelo serviço secreto americano para submeter o resto do mundo sem a necessidade de viajar muito — os americanos só viajam para ver Niagara Falls e têm a pretensão de que aquela cachoeirinha é mais bonita do que Foz de Iguaçu. Mas, como dizia, a globalização é decorrência de um processo de aproximação entre os povos, algo que começou na Pré-História e continua até hoje. Embora curiosidade e espírito de aventura não estejam entre as categorias explicativas usuais dos historiadores e economistas, ambas

têm sido eficazes em tirar os seres humanos da zona de conforto e fazê-los conhecer outras regiões e outras culturas. E, eventualmente, começar a trocar produtos desenvolvidos em sua região por outros abundantes em outras plagas.

Comércio não é só entrar em um shopping e pagar sobre preços por produtos da moda, mas tem sido uma das formas mais eficazes de contato entre grupos humanos distintos. Não por acaso, dois povos com grande experiência marítima, ambos excelentes comerciantes, os fenícios e os gregos criaram e desenvolveram alfabetos que, até hoje, são utilizados, com pequenas alterações. Fenícios e gregos aproximaram povos e culturas, levaram conhecimento de um lado para outro do Mediterrâneo, contribuíram para a globalização.

Um importante historiador francês escreveu sobre a mudança do eixo principal do comércio e da economia a partir do século 16, quando Europa, África e Américas passaram a manter intenso comércio, que envolvia gente e produtos tropicais, abrindo espaço para a criação do capitalismo comercial, a produção de manufaturados, o fim do Antigo Regime, o crescimento da Holanda e da Inglaterra e um encontro intenso — embora, frequentemente agressivo — de culturas. Um passo dolorido, mas inegável no processo de globalização.

Gosto de lembrar que um dos momentos mais importantes desse processo se deu por ocasião da Revolução Francesa. A concepção

— embora não inteiramente realizada, reconhecido — de que os seres humanos são cidadãos, independentemente de sua origem social ou estamental, de que mulheres e homens são iguais, é a base da concepção de cidadania que, aos trancos e barrancos, começou a ser implantado em todo o mundo. Por essa razão, não pelas cabeças decepadas pela guilhotina, a Revolução Francesa é um marco.

Hoje, a globalização tem sido contestada, e é bom que seja discutida. O desrespeito ao nosso planeta, em nome do progresso, costuma agredi-lo mais fundo do que ele aguenta. Mas, em nome de um multiculturalismo equivocado, estamos aceitando e desculpando práticas antiglobalização que já deveriam estar no lixo da história, como a submissão das mulheres, a agressão aos homossexuais, a falta de liberdade de expressão e a exploração de minorias.

Independentemente de nossas convicções políticas, se não tivermos uma pauta para o mundo que inclua, antes de tudo, a manutenção de direitos de cidadania para homens e mulheres, não avançaremos. Não se pode ser leniente com estruturas políticas antidemocráticas, venham de amigos ou adversários. Não podemos aceitar mulheres com menos direitos do que homens. Não podemos jogar fora a parte boa da fruta e nos alimentar da estragada. Isso tem nome: retrocesso.

## Pablo Marçal e a Ágora pós-moderna

» VICTOR MISSIATO

Analista político, doutor em história e professor de história no Colégio Presbiteriano Mackenzie (CPM) Tamboré (SP)

Em entrevista ao projeto Fronteiras do Pensamento, o sociólogo Zygmunt Bauman, em 2011, afirmou que a pós-modernidade é responsável pelo descolamento da relação entre poder e política nas sociedades contemporâneas. Cada vez mais espetaculares e espetaculosos, os discursos políticos e a própria política foram abandonando a dimensão da transformação do poder para centralizar sua estratégia no empoderamento individual em detrimento dos sentidos de povo, revolução ou alargamento de um novo pacto republicano.

No decorrer do século 20, homens e mulheres de partidos e associações conquistaram o poder por meio de golpes, revoluções e vitórias eleitorais, representadas por partidos que expressavam uma vontade coletiva, criando culturas políticas ligadas a um sentimento de libertação nacional ou um próprio desenvolvimento da cidadania moderna. No Brasil e no mundo, políticos e líderes revolucionários eram confundidos com as próprias causas nacionais que lideravam.

Todavia, a partir da década de 1960, diversos movimentos sociais e culturais começaram a contestar as diversas hegemônias que buscavam criar um “novo homem”. A centralização da figura do indivíduo nas relações sociais começou a ganhar força com a internet, a privatização de vários setores públicos, a criação das redes sociais e as mudanças comportamentais na formação das famílias, no lugar da mulher na sociedade do trabalho, além da ideia de globalização e individualização do consumo.

No Brasil, a partir do processo de redemocratização dos anos 1980, mudanças no perfil político, cultural, econômico e religioso da sociedade passaram a conviver, também, com transformações profundas na própria cultura nacional. Um dos principais retratos dessa transformação encontra-se nos parágrafos constitucionais da nossa Carta de 1988, que procurou criar uma ideia de Estado de Bem-Estar Social, em que o indivíduo viu seus direitos e deveres se aproximarem de uma cultura americanista de sociedade, levando em consideração, aqui, a diversa tradição desse conceito tão debatido e analisado por intelectuais da estirpe de Sérgio Buarque de Holanda e Luiz Werneck Vianna.

Tais movimentos americanistas estão presentes na ascensão das novas religiões evangélicas, na aprovação de reformas liberais estruturantes, na cultura do empreendedorismo, assim como nas reivindicações cívicas, que tanto chacoalharam o Brasil em junho de 2013. Desse grande caldo cultural e político, foram surgindo líderes que não mais eram oriundos das tradicionais instituições brasileiras ou partidos políticos. Nomes como Fernando Collor, que se elegeu presidente com um partido minúsculo, em 1989, e Sérgio Moro, então juiz de primeira instância na Lava-Jato, assumiram um papel de liderança muito representativo em determinadas conjunturas.

Atualmente, um novo nome vem ganhando espaço no cenário da política nacional. Apesar de estarmos em um período de eleições municipais, os debates envolvendo os candidatos da cidade de São Paulo estão ganhando uma repercussão nacional por conta da ascensão do empresário e coach Pablo Marçal (PRTB) nas últimas pesquisas eleitorais.

Protagonista de um universo da sociedade em rede, Marçal tinha, antes da campanha, um índice de 5% a 7% das intenções de voto. No entanto, em meados de agosto, seu apoio triplicou, sendo considerado favorito em algumas pesquisas. Visto por alguns como uma ameaça à democracia e, por outros, como um novo líder da direita, Marçal se identifica como um novo representante da direita brasileira, que, ancorada na liderança de Jair Bolsonaro, pluraliza-se desde as eleições de 2022, quando diversos governadores assumiram estados da região centro-sul e, naturalmente, foram colocados como herdeiros do bolsonarismo.

A velocidade e o impacto que a campanha de Marçal vem causando nas elites políticas brasileiras e na cobertura das diversas mídias corrobora com as impressões destacadas por Bauman na década passada, quando a nova Ágora deixa a esfera das instituições e passa a compor o império decisório do superindivíduo na deliberação momentânea das redes sociais, em que as críticas positivas e negativas são construídas em um ritmo 24/7.

Independentemente do resultado das eleições paulistanas, o efeito meteórico da candidatura de Pablo Marçal não se dissolve no ar e já impactou o solo da política nacional. Diante de tal fenômeno, o tempo da política passa a compor outras dimensões sensoriais e participativas, abrindo espaço para lideranças que, inclusive, rechaçam a política. Esse último capítulo, entretanto, não chega a ser uma novidade.



## Agosto Lilás chega ao fim, mas a proteção às mulheres continua

» CELINA LEÃO

Vice-governadora do Distrito Federal

Com o término da campanha Agosto Lilás, mês de aniversário de 18 anos da Lei Maria da Penha, o Governo do Distrito Federal (GDF) reafirma seu compromisso de continuar protegendo as mulheres. Intensificamos nossas ações para enfrentar a violência de gênero em todas as suas formas, mas nossa luta não se restringe a um único período.

Reforçamos uma ampla rede de proteção que atua em diversas frentes, desde a conscientização sobre os direitos que todas as mulheres têm como cidadãs até a proteção efetiva das vítimas de violência. A violência contra a mulher não é mais vista como uma questão privada, mas como um problema social que exige a intervenção do Estado.

Entre as ações mais significativas deste GDF, destaca-se a criação da nova sala de operações da Diretoria de Monitoramento de Pessoas Protegidas (DMPP), que nos permitiu ampliar a equipe que acompanha em tempo real as vítimas e os agressores de violência doméstica.

Atualmente, quase 800 pessoas são monitoradas pelo Dispositivo de Proteção à Pessoa (DPP), utilizado após decisão judicial, e pelo Viva Flor, um instrumento inovador que permite proteger as mulheres de forma mais rápida e eficaz. É com orgulho que relatamos que, em três anos de monitoramento, nenhuma mulher acompanhada foi revitimizada ou perdeu a vida.

Também lançamos o programa Ressignificar, voltado para a capacitação de 100% dos servidores da segurança pública. Sabemos que a ação das forças de segurança é o último estágio na intervenção do Estado, por isso, a conscientização

é essencial para prevenir a violência e acolher as vítimas quando necessário.

O feminicídio não ocorre de maneira repentina; ele é precedido por sinais que não podem ser ignorados. Diferentes tipos de violência — psicológica, sexual, patrimonial e moral — devem ser identificados e combatidos desde o início. Durante o Agosto Lilás, destacamos a importância de reconhecer e enfrentar todas essas formas de violência.

O GDF também investiu em estruturas de apoio fundamentais. A Casa da Mulher Brasileira (CMB) em Ceilândia oferece atendimento psicossocial a mulheres em situação de vulnerabilidade. E estamos prestes a inaugurar mais quatro unidades em Sol Nascente, Recanto das Emas, Sobradinho II e São Sebastião. Espaços que serão um importante reforço aos demais equipamentos espalhados pelo DF, prontos para acolher e orientar as mulheres que precisam de apoio.

Outro avanço importante foi o lançamento da pesquisa *Panorama da Violência Contra a Mulher no DF*, que mapeia o perfil sociodemográfico das vítimas de violência doméstica na capital. Conhecer as vítimas e os agressores é fundamental para a criação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas. A inauguração do Comitê de Proteção à Mulher do Lago Norte, um espaço dedicado ao acolhimento, informação e encaminhamento, também representa um grande avanço. Essa iniciativa já chegou ao Itapoã e a Ceilândia, e será implementada em todo o DF.

Garantir ambientes de lazer seguros é outro aspecto essencial. Com a publicação do decreto que institui o Protocolo Por Todas Elas e a

criação do Comitê Gestor, intensificamos as medidas de prevenção ao assédio e à importunação sexual contra mulheres em espaços públicos e privados.

Por meio do programa Mulher nas Cidades, a Secretaria da Mulher levou serviços essenciais a 13 regiões do DF. Sabemos que a independência financeira é crucial para que muitas mulheres consigam romper com os ciclos de violência. Por isso, investimos na capacitação e no desenvolvimento econômico para que elas possam encontrar um caminho de autonomia e liberdade.

O DF também é pioneiro no acolhimento aos filhos de vítimas de feminicídio. O programa Acolher Eles e Elas concede auxílio financeiro mensal e acompanhamento psicossocial a essas crianças e adolescentes que perderam suas mães para esse crime devastador. Até junho, 130 filhos de vítimas de feminicídio foram atendidos, recebendo o apoio necessário para mitigar o sofrimento causado por essa tragédia familiar.

Ao longo da minha trajetória na vida pública, especialmente como coordenadora da banca feminina na Câmara dos Deputados, aprendi que a luta contra a violência doméstica é de todos. Não se trata de uma questão política ou ideológica, mas de um compromisso social que exige a união de toda a sociedade. Por isso, as ações do Agosto Lilás devem ser permanentes. Continuaremos a lutar pela integridade e segurança das mulheres, com a esperança de que, um dia, possamos celebrar o fim de toda forma de violência contra as mulheres e garantir que todas vivam com segurança, plenitude e felicidade onde quer que estejam.